



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 31/2019, em que é recorrente **Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 19/2020

(Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ,
sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais)

I. Relatório

1. Como tem sido prática consistente deste Tribunal, no que concerne ao relatório reitera-se o que já havia ficado assente no Acórdão n.º 1/2020, de 31 de janeiro, Rel. JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 25, 3 de março de 2020, pp. 610-615, que admitiu este recurso, acrescentando-se a tramitação subsequente: “1. **Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 63/2019, de 18 de outubro de 2019, [que] indeferiu a providência de habeas corpus n.º 65/2019, veio, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2, da Constituição da República, interpor o presente recurso de amparo constitucional e, ao mesmo tempo, requerer que seja adotada medida provisória, com base nos artigos 11.º e 14.º, todos da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), alegando, no essencial, o seguinte: 1.1. O recorrente foi detido e privado de liberdade desde o dia 06 de outubro de 2017. 1.2. Foi julgado e condenado pelo 3.º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, na pena de 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de prisão, pela prática, como autor material, de um crime de tráfico de estupefacientes, p. e p. pelos artigos 3.º n.º 1 da Lei n.º 78/93, de 12 de julho, conjugado com os artigos 45.º n.º 3, 47.º, 51.º e 83.º todos do Código Penal (CP). 1.3. A sentença que o condenou foi lida no dia 09, mas depositada na Secretaria no dia seguinte e disponibilizada aos mandatários do recorrente apenas no dia 11 de julho de 2018; 1.4. Não se conformando com a decisão condenatória, a 23

de julho do mesmo ano, interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento; 1.5. Ao tomar conhecimento do despacho que não admitiu o recurso, mostrou a sua inconformação, alegando que a cópia da sentença só lhe foi disponibilizada no dia 11 de julho de 2018, porquanto, segundo a secretaria do 3.º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, a máquina fotocopadora encontrava-se avariada, tendo, na ocasião, pedido a aclaração/retificação da sentença; 1.6. Em resposta ao pedido de aclaração da sentença, o Meritíssimo Juiz proferiu um despacho informando-lhe que já não tinha competência jurisdicional para efetuar qualquer reparo ou retificação da sentença, ou alterar a sua decisão de não admissão de recurso; 1.7. A 30 de outubro de 2018, esse mesmo juiz acabou por retificar a sentença proferida a 9 de julho de 2018, tendo a mesma sido notificada, no mesmo dia e ano, apenas ao mandatário do recorrente; 1.8. Após a rectificação da sentença, os autos subiram para o Tribunal da Relação de Sotavento, para apreciação da reclamação de não admissão do recurso, tendo este Tribunal da Segunda Instância confirmado a decisão que não admitiu o recurso; 1.9. Depois de ter constituído um novo mandatário, este, a 4 de setembro de 2019, solicitou ao Meritíssimo Juiz do 3º Juízo Crime do Tribunal Judicial [...] que o seu constituinte, ora recorrente, fosse direta e pessoalmente notificado do referido despacho (artigos 140º, 141º nº 5 e 142º nº 2, todos do CPP), como forma de reparação do seu direito de ser notificado; 1.10. No dia 03 de outubro de 2019, o ora recorrente requereu ao Meritíssimo Juiz do 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia a reparação e restabelecimento do seu direito à liberdade, pedido esse que foi indeferido, com o seguinte fundamento: “estando esgotado o poder jurisdicional, mantemos a sentença; escusado será dizer ao requerente que o tribunal a quo não tem poder de, hoje, contrariando o seu veredito, decidir colocar quem quer que seja em liberdade;” 1.11. Não se conformando com esta decisão, e por entender que, de acordo com o disposto nos artigos 141º nº 5 e 142º nº 2 do CPP, o prazo para interpor recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento começaria a contar a partir da data da notificação sobre a retificação da sentença, recorreu deste despacho para o Tribunal da Relação de Sotavento; 1.12. Tendo o recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento sido admitido com efeito suspensivo, entende o recorrente que a atribuição de efeito suspensivo a esse recurso implica também a suspensão do trânsito em julgado da sentença que o havia condenado e, consequentemente, a sua situação é ainda de preso em regime de prisão preventiva. 1.13. Por conseguinte, estando determinado no artigo 279º do CPP os prazos de duração máxima para a prisão preventiva, entende o

recorrente que por estar há mais de 24 meses privado de liberdade, sem que tenha havido condenação tanto na primeira como na segunda instância, a sua prisão tornou-se ilegal; 1.14. Assim, requereu novamente a reparação dos seus direitos fundamentais, através da providência de habeas corpus, prevista nos artigos 36º da CRCV e 18º e ss do CPP, que, entretanto, foi indeferida pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça com base nos seguintes fundamentos: “O habeas corpus é uma providência que se dirige à reparação imediata de situações de flagrante e patente ilegalidade da prisão, o que no caso não ocorre, sendo o fundamento invocado manifestamente improcedente, já que a sentença transitou em julgado”. 1.15. Não se conformando com essa decisão, interpôs este recurso de amparo, por via do qual alega que o acórdão recorrido viola o seu direito à liberdade (artigos 29º, 30º e 31º da CRCV), à presunção de inocência (art.º 35º n.º 1 da CRCV), e o direito a um processo justo e equitativo (art.º 22º da CRCV); 1.16. Conclui o seu arrazoadado, formulando os seguintes pedidos: a) Que seja admitido o pedido, por ser legalmente admissível; b) Que seja aplicada a medida provisória e em consequência seja restituída a liberdade ao recorrente; c) Que seja julgado procedente e, consequentemente, seja revogado o acórdão n.º 63/2019, de 18/10/2019, do STJ, com as legais consequências; d) Que sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados (liberdade, presunção de inocência, direito a um processo justo e equitativo)”.

2. Tendo o pedido sido admitido no dia 16 de março de 2020, o processo foi de seguida à entidade recorrida para obtenção de resposta, caso ela assim o quisesse, tendo, entretanto, optado por nada dizer dentro do prazo que legalmente dispunha para se pronunciar.

2.1. Na ausência de resposta da entidade recorrida, os autos foram no dia 24 do mesmo mês e ano ao Ministério Público para a vista final sobre o mérito da questão, tendo esta entidade por meio do parecer que juntou aos autos no dia 30 do mesmo mês oferecido importantes elementos de ponderação a esta Corte Constitucional.

2.1.1. Através da promoção suprarreferida, esta entidade, que já havia opinado pela inadmissibilidade do pedido de amparo constitucional – porque do seu ponto de vista manifestamente não estava em causa qualquer violação de direito, liberdade e garantia da titularidade do recorrente – reiterou que a conduta impugnada pelo recorrente no sentido de que o recurso interposto e admitido do despacho retificativo da

sentença, ao contrário do que entende o recorrente, não tem o efeito de suspender o trânsito em julgado da decisão condenatória.

2.1.2. No entanto, ponderou ter havido no âmbito do processo em causa possível violação dos direitos de defesa e ao recurso do recorrente, no que concerne ao *dies a quo* da contagem do prazo de dez dias para a interposição do recurso ordinário. Na perspectiva de se saber se se contaria da data da leitura da sentença, do seu depósito na secretaria ou da sua disponibilização aos interessados pela secretaria do tribunal. Isto porque, do seu ponto de vista, só da data da efetiva disponibilidade da sentença ao arguido é que se pode dar início à fixação temporal daquele prazo sob pena de desconsideração do seu direito ao recurso.

Nas suas palavras relativamente ao primeiro ponto concluiu que “i. A argumentação do recorrente de que o recurso do despacho de rectificação da sentença determinou a suspensão do processo parece contraditória com a sequência de factos que ele mesmo relatou. ii. Com efeito, no seu requerimento o recorrente relatou que “depois da rectificação os autos subiram para o Tribunal da Relação de Sotavento, para apreciação da reclamação de não admissão do recurso ordinário interposto, que foi confirmado, e os autos baixaram novamente para o tribunal recorrido”. iii. Se assim é, o recorrente teria de admitir que com a confirmação da decisão de indeferimento de recurso ordinário, a decisão condenatória transitou em julgado, por força do disposto no artigo 586º do Código de Processo Civil, aplicado por força do disposto no artigo 26º do CPP. iv. Assim, a notificação do despacho de rectificação da sentença no quantum da pena de prisão ao arguido e o recurso subsequente, assim como a admissão, com efeito suspensivo, [do recurso] do despacho que indeferiu a pretensão do arguido, não podem ter, nos termos da lei, o efeito de fazer renascer, “tal como fénix”, o “iter” do processo decisório e vaporizar uma decisão condenatória da qual não parecia possível qualquer recurso ordinário ou reclamação”. Concluir, em decorrência, que “a. O recurso de um despacho rectificativo da sentença não tem por efeito suspender o processo. b. Não tendo ocorrido a suspensão do processo, a decisão condenatória transitou em julgado. c. Os fundamentos de recurso apresentados pelo recorrente não parecem sustentar a pretensão que apresentou ao tribunal”.

E em relação ao segundo quesito argumentou que “v. Dada a aparente inviabilidade da argumentação/fundamentação apresentada pelo recorrente e porque

o recurso de amparo foi admitido “restrito à liberdade sobre o corpo e à presunção da inocência” os fundamentos para a decisão do presente [processo?] terão de ser diversos dos apresentados pelo recorrente; vi. Na verdade, a questão que parece ser relevante em termos de protecção do direito fundamental de acesso à justiça, na sua vertente de direito a defesa, incluindo, o direito de recurso, nos termos do artigo 22º nº 3 e 35º nº 7 da Constituição, parece prender-se com a questão da interpretação do artigo 452º nº 1 conjugado com o artigo 401º nº 4 e 5 todos do Código de [Processo] Penal, relativa à contagem do prazo de interposição de recurso, tendo em conta os seguintes termos/data: leitura da sentença, depósito da sentença, disponibilidade de cópia/certidão da sentença aos interessados em recorrer. vii. Se assim for, as questões de liberdade sobre o corpo e presunção da inocência só poderiam ser abrangidas reflexamente à questão do respeito ou não do direito de recurso, com a não admissão do recurso que o recorrente apresentou no dia 23-7-2018, quando o mesmo alega que só no dia 11-7-2018 é que lhe foi dado acesso à sentença que havia sido lida no dia 9-7-2018. viii. Entretanto, o incidente relativo à data da disponibilidade da sentença, não parece ter sido considerad[o] e apreciad[o] em devido tempo, quiçá em razão da forma como foi apresentada! ix. Com efeito, considerando o regime de contagem de prazos previstos no artigo 136º do CPP, nomeadamente os seus números 3 e 5, a questão jurídica de charneira parece ser a de saber se houve o devido respeito pelo direito de recurso, considerando a forma como foi feita a contagem do prazo de dez dias para a apresentação do recurso, isto é, se aquele prazo, no caso concreto, corria desde o dia 10-7-2018 ou a partir do dia 11-7-2018. x. Objectivamente, afigura-se que só com a efectiva disponibilidade na secretaria de cópia de sentença escrita e devidamente assinada é que se pode, validamente, contar o prazo de recurso, sob pena de indevido encurtamento/encolhimento do direito de defesa pela efectiva redução do prazo legal para a preparação e oferecimento do recurso”, pelo que concluiu neste particular que “d. A efectiva disponibilidade da decisão judicial na secretaria para consulta do[s] legítimos interessados é que deve ser o termo inicial de contagem de prazo para apresentar [o] recurso.”

Seguindo essas argumentações terminou o seu arrazoado do modo seguinte: “a) o recurso de amparo constitucional foi admitido, mas os seus fundamentos (de facto e de direito) deverão ser diversos daqueles que o recorrente entendeu apresentar. b) Nada há a promover sobre a medida provisória. c) Deve o Tribunal Constitucional

pronunciar se foi devidamente respeitado o direito de recurso, com a interpretação dada, no caso concreto, artigo 452º nº1 conjugado com o artigo 401º nº 4 e 5 todos do Código [de Processo] Penal, e da decisão extrair todas as consequências legais e processuais”.

3. Depois da receção da promoção que o Ministério Público entendeu por bem ofertar ao Tribunal é de se registar a seguinte evolução processual:

3.1. A 5 de maio de 2020, nos termos conjugados do artigo 21 da *Lei do Amparo e do Habeas Data* e dos números 1 dos artigos 6º e 7º da *Lei que Estabelece Medidas Excepcionais e Temporárias para fazer face à Situação Epidemiológica Causada pelo Coronavírus e pela Doença COVID 19*, o Juiz-Relator depositou projeto de acórdão por via eletrónica e pediu a inclusão do processo na pauta de julgamentos desta Corte, decorrendo disso despacho do Presidente, também comunicado eletronicamente, marcando sessão para no dia 8 de maio por videoconferência.

3.2. A mesma realizou-se na data marcada contando com a presença dos Juízes Conselheiros, do Secretário da Corte, do mandatário do recorrente e um colaborador deste órgão judicial. O Ministério Público, apesar de ter sido notificado, invocando motivos de agenda, optou por não comparecer, e, apesar da divulgação feita através da página do Tribunal, ninguém do público se inscreveu para ter acesso.

3.2.1. Depois de aberta a sessão pelo Presidente, o Relator apresentou um resumo do projeto de acórdão.

3.2.2. Em seguida, tomou a palavra o Venerando JC Aristides R. Lima, que discorreu a respeito do seu entendimento de que, ao contrário do que certas passagens do projeto de acórdão dariam a entender, a mera interposição de recurso de amparo não obsta ao trânsito em julgado de decisão judicial, gerando um efeito suspensivo. Seria mero reconhecimento pretoriano sem que a lei – nomeadamente o CPC – o determinasse claramente, no seu entendimento. Não obstante esta consideração, votou com o relator quanto à proposta de solução.

3.2.3. De sua parte o JCP Pinto Semedo concordou com o encaminhamento promovido pelo relator, sobretudo no segmento em que se pretende declarar que o STJ não violou os direitos invocados pelo recorrente. Todavia, considerou pertinente

questionar a existência real da questão prévia suscitada, nomeadamente em razão de entendimentos que o Tribunal já havia acolhido em decisões, e da pertinência de se a deixar enquanto item da parte decisória.

4. O JC Relator registou as posições já defendidas antes pelos juízes e quanto à necessidade de manutenção da questão prévia, esclareceu que, do ponto de vista metodológico, havia que se distinguir entre o projeto de acórdão – no âmbito do qual, um relator não pode deixar de suscitar qualquer problema que obste a prossecução do processo e que deva ser resolvida pelo tribunal, trazendo, concomitantemente, soluções que propõe para cada uma delas – e a versão final do aresto, a qual dependerá da decisão do coletivo a respeito das mesmas e da maioria que se formar. Isso, sobretudo, porque a decisão citada (*Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ*, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477) não cobria explicitamente o conteúdo da questão levantada pelo Ministério Público, cabendo ao Tribunal revisitar, atendendo às particularidades da presente situação, a parte final do artigo 20º da Lei do Recurso de Amparo e do *Habeas Data*.

5. Depois de comentários conclusivos e considerando os debates e arbitragem subsequente, a versão foi finalizada pelo relator, com o seguinte conteúdo.

II. Fundamentação

1. Antes de se passar à apreciação do ato alegadamente lesivo de direito, liberdade e garantia invocadas, lembrar-se-ia que, na peça de interposição do presente recurso de amparo, o recorrente impugna conduta empreendida pelo Supremo Tribunal de Justiça que diz ter violado posições jurídicas fundamentais de sua titularidade, as quais decorreriam dos seus direitos à liberdade sobre o corpo, à presunção da inocência, a ser julgado no mais curto prazo possível e a um processo justo e equitativo.

1.1. Todavia, atendendo à sua argumentação parece que o direito que eventualmente poderá ter sido violado diretamente é a sua garantia de não ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos legalmente estabelecidos decorrente do

número 4 do artigo 31 da Constituição da República, pois o comportamento que ele impugna é exatamente o facto de o órgão recorrido ter recusado o seu pedido de *habeas corpus* e o ter mantido em prisão preventiva ilegal, pois já estaria nesta situação há mais de vinte e quatro meses sem que tivesse havido condenação em segunda instância. Pelo que se se atesta esta violação, necessariamente aqueles direitos por ele invocados seriam beliscados, nomeadamente a liberdade sobre o corpo.

Por conseguinte, mais uma vez, o Tribunal é obrigado a corrigir o parâmetro indicado por recorrentes, os quais sistematicamente indicam direitos violados de forma imprecisa, basicamente reproduzindo peças de interposição de recurso de outros processos sem fazer a devida adaptação ao caso concreto. Não fosse a configuração do amparo, nomeadamente a generosidade que se impõe a esta Corte no tratamento destas questões e a possibilidade que o regime jurídico aplicável nos concede de alterar o parâmetro, qualquer pretensão do recorrente cairia à nascença.

Deste modo, parece evidente que se teria de começar pela avaliação do direito potencialmente violado de forma direta, ou seja, da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva além de prazo legalmente fixado na lei. Assim, se se atestar a sua violação, tratando-se de uma de suas garantias, é porque também a liberdade sobre o corpo terá sido vulnerada.

1.2. Entretanto, no parecer que emitiu no âmbito da sua vista final, o Ministério Público argumentou que não deveria ser este o ato a guiar o escrutínio deste recurso de amparo, mas sim conduta da primeira instância confirmada pelo TRS, que terá desconsiderado potencialmente os direitos de defesa e ao recurso do recorrente, por ter considerado como *dies a quo* para a interposição do recurso ordinário a data de depósito da sentença na secretaria, o dia 10 de julho de 2018. E não a data em que efetivamente a mesma foi disponibilizada ao recorrente, o dia 11 do mesmo mês e ano. Precisamente, porque do seu ponto de vista, esta interpretação seria passível de violar direitos do recorrente, uma vez que levaria a um “*encurtamento/encolhimento indevido*” do prazo legal para a apresentação do recurso, atingindo desta forma o direito de defesa e o direito ao recurso.

2. Considerados os elementos descritos na secção anterior, três possíveis questões se colocam a este Tribunal:

2.1. A primeira é preliminar e destina-se a avaliar se a conduta recortada pelo parecer contendo a vista final do Ministério Público subscrito pelo Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República segundo o qual houve violação do direito ao recurso do recorrente por ação do tribunal de recurso ordinário porque adotou como *dies a quo* data anterior à efetiva disponibilização da cópia da sentença escrita pela secretaria, pode ser escrutinada no âmbito deste processo.

2.2. Na sequência disso, e caso seja de se conhecer da questão anterior, averiguar se, de um ponto de vista substantivo, essa conduta do poder judicial violou o direito de recurso do arguido.

2.3. E, finalmente, se o Tribunal recorrido violou o direito do recorrente a não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legalmente estabelecidos ao denegar pedido de *Habeas Corpus* com base em interpretação de que a interposição de recurso de despacho de retificação decidido *ex-officio* por juiz comarcão não obsta ao trânsito em julgado da sentença já prolatada.

3. Apreciando a questão preliminar e prejudicial, dir-se-ia que o ponto nodal é averiguar se o Tribunal pode conhecer e escutinar uma conduta que não tenha sido impugnada ou amparar direito a respeito do qual o recorrente não pediu reparação.

3.1. Relativamente ao segundo problema a resposta é positiva e é relativamente evidente do ponto de vista legal, pois, embora o recorrente tenha a obrigação legal de indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 8 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, o Tribunal não se encontra vinculado ao escrutínio apenas destes direitos, podendo tanto outorgar amparo diferente do suplicado pelo recorrente como decidir com base em fundamentos diversos dos que este apresentou, conforme resulta do disposto no número 1 do artigo 24 desse mesmo diploma legal.

3.2. Porém, relativamente à outra questão a possibilidade de ultrapassá-la se revela praticamente impossível, pois, como o Tribunal tem entendido, nomeadamente quando considerou através do *Acórdão nº 27/2019, 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ*, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, Rel: JC Pina Delgado, decidido por

unanimidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608, que o recurso de amparo é um recurso pessoalíssimo. Pelo que cabe ao recorrente recortar com a maior precisão possível a conduta eventualmente violadora de suas posições jurídicas fundamentais; se este se omitir ou falhar na indicação deste importante pressuposto, a Corte Constitucional não pode em caso algum supri-lo, ainda que se depare oficiosamente com condutas praticadas – nomeadamente no âmbito de processo judicial como é o caso – potencialmente violadoras de direitos, liberdades e garantias. Aliás, é também de se registar que a impossibilidade de escrutinar condutas não impugnadas já tinha sido acolhida pelo *Acórdão nº 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ*, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, cujo excerto relevante assevera que *“1.1. Não parece a este Tribunal que se tenha de escrutinar outras condutas, nomeadamente eventual comportamento violador do direito a não se ser discriminado decorrente do facto alegado pelo recorrente de que, em outra situação similar, o órgão recorrido se terá pronunciado no sentido de que seria mister que o arguido fosse notificado pessoalmente do acórdão do tribunal superior, ao passo que no seu caso considerou que tal notificação pessoal não seria necessária, bastando apenas a dirigida à sua defensora. É que tal conduta não foi impugnada, nem o recorrente apresentou a eventual decisão em que a egrégia corte recorrida teria adotado tal entendimento”*.

3.3. E a verdade é que o recorrente, embora se tenha referido a essa questão na sua peça de interposição do recurso de amparo, não chegou a impugnar essa conduta. Aliás, nem sequer o poderia fazer, pois teria perdido essa oportunidade por ter deixado esgotar o prazo para interpor recurso de amparo dessa questão. Além disso, o órgão recorrido certamente seria ilegítimo, pois não foi ele quem praticou o ato, nem por ter empreendido originariamente a conduta, nem por a ter confirmado, depois de ter tido a oportunidade de o apreciar. Com efeito, a impugnação teria que ser contra a decisão do Tribunal da Relação de Sotavento que confirmou o despacho de indeferimento do recurso ordinário interposto, dentro de vinte dias a contar dessa decisão de 15 de março de 2019 (no texto da decisão consta 15 de março de 2018, mas tendo em conta a cronologia do processo ordinário do recorrente verifica-se que se trata de lapso de escrita) e notificada ao recorrente no dia 28 de março de 2019. Pelo que há muito que o

recorrente não podia mais impugnar tal conduta. Mais uma razão pela qual não pode ser objeto de escrutínio por parte deste Tribunal por essa razão.

3.4. A dúvida que subsistiria seria de se saber se não o tendo feito o Ministério Público, através de parecer emitido na fase de mérito, poderia adicionar condutas que não foram impugnadas pelo recorrente e, em razão disso, não foram admitidas a trâmite pelo acórdão de admissibilidade. O que poderia decorrer de uma interpretação mais literal do artigo 20 que regula a vista final desse importante órgão do sistema judicial e que dispõe que através dela essa entidade “*promoverá o que entender por conveniente sobre a admissibilidade ou rejeição do recurso, a suspensão, a alteração ou a revogação das medidas provisórias já decretadas e, ainda, sobre as medidas julgadas necessárias que deverão ser adotadas para o restabelecimento do exercício dos direitos, liberdades e garantias violados*”.

A disposição em causa tem efeitos lógicos complexos e com reduzida racionalidade sistémica, nomeadamente porque, se interpretada nos seus termos, permite que o Ministério Público se pronuncie a respeito da admissibilidade ou rejeição de um recurso sobre o qual já tinha oferecido parecer e que já fora admitido. O que significa que, por força do princípio da proteção da confiança, estar-se-ia em cenário impeditivo de reversão de posição na fase de mérito. Neste sentido, esta Corte já havia considerado que, apesar de não poder condicionar o conteúdo da promoção do Ministério Público impedindo-o de se pronunciar sobre o que entender por conveniente – mesmo que seja para reiterar posição sobre a admissibilidade – não o poderia considerar nesta nova fase, atendendo que, por esse motivo, a questão já estaria estabilizada, sendo impassível de alteração.

É o que decorre do entendimento acolhido por meio do Acórdão 11/2017, de 22 de junho, *Maria de Lurdes Ferreira v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, para. 1, de acordo com o qual “*1. Para efeitos do recurso de amparo, entende o Tribunal Constitucional que se está perante um sistema bifásico, moldado, no geral, por uma fase de admissibilidade e por uma fase de julgamento de mérito. Cada uma delas tem o seu termo com a prolação de uma decisão, respetivamente de admissibilidade e de mérito. Sendo assim, tendo, por meio do Acórdão 11/2016, de 21 de junho, Maria de Lurdes Gomes Ferreira v. STJ, Rel: JP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 43, de 27 de julho, pp. 1418- 142, se pronunciado no sentido de que “a admissão do*

recurso de amparo, do ponto de vista do Tribunal Constitucional, tal fase se fecha não cabendo mais, em princípio, decidir sobre questões referentes à mesma, o que, face à letra da lei, naturalmente, não impede que o Ministério Público teça as considerações que considerar pertinentes sobre essa matéria, até para, caso seja este o entendimento, marcar a sua posição. A questão fica, pois, superada de um ponto de vista prático. (...)”, posição retomada e reforçada pelo Acórdão 8/2018, de 3 de maio, Joaquim Wenceslau Carvalho v. STJ, Rel: JCP Pinto Smedo, reproduzido no Boletim Oficial, I Série, nº 35, de 6 de junho, pp. 869-884, II, no qual se sustentou que “como questão prévia propriamente dita, importa lembrar que Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República voltou a pronunciar-se sobre os pressupostos da admissibilidade do recurso, (...). Conforme o Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, proferido por unanimidade, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 42, de 21 de julho de 2017, a tramitação do recurso de amparo processa-se em duas fases. Na primeira fase verifica-se se o recurso não está em condições de ser admitido e se nada obsta à sua admissão, entra-se na segunda fase, em que se aprecia o mérito do pedido. Nesse aresto ficou consignado que depois de ultrapassada a primeira fase, não se deve a ela retornar, sob pena de se beliscar a segurança jurídica inerente ao caso julgado. Há que manter essa orientação”.

Neste momento, o que está em causa decorreria não da passagem “sobre a admissibilidade ou rejeição do recurso”, mas do segmento “medidas julgadas necessárias que deverão ser adotadas para o restabelecimento do exercício dos direitos, liberdades e garantias mencionados”, o que poderia abranger também a indicação de condutas potencialmente lesivas de direito, liberdade e garantia que também o Tribunal Constitucional deverá apreciar, levando a que se tivesse também de escrutinar a(s) conduta(s) identificada(s) no douto parecer do Ministério Público.

Por motivos evidentes este Pretório não pode deixar de ressaltar a importância da preocupação desse alto órgão com a proteção de direitos fundamentais. Contudo, esta possibilidade não poderá ser considerada como apta a expandir o objeto do recurso na fase de mérito ao objeto do recurso. Primeiro, porque não é líquido que o Ministério Público poderá, com a exceção dos casos em que tenha legitimidade processual ativa para interpor o próprio recurso em representação de menores incapazes, impugnar condutas lesivas de direitos, liberdades e garantias; segundo, porque, nesta matéria,

reitera-se a orientação de que para salvaguarda do princípio da proteção da confiança e da sua dimensão positiva de segurança jurídica, de que o acórdão de admissibilidade fixa o objeto de recurso, não se permitindo nem a sua expansão, nem a sua contração na fase posterior, até porque, por força do número 3 do artigo 16 esse acórdão transita em julgado. Destarte, por “*medidas julgadas necessárias que deverão ser adotadas para o restabelecimento do exercício dos direitos, liberdades e garantias mencionado*” entender-se-ia não uma referência às condutas – que já terão sido indicadas pelo recorrente e fixadas pelo aresto de admissibilidade –, mas sim à própria indicação dos remédios que em sede de concessão de amparo esta Corte deverá adotar.

Entretanto, encaminhamento que se poderia colocar – na medida em que, conforme o Representante do Ministério Público fundamenta muito doutamente no seu parecer, essa conduta terá sido concretizada ao abrigo de orientação resultante de interpretação lançada ao número 1 do artigo 452 conjugado com os números 4 e 5 do artigo 401 do CPP potencialmente violadora de normas jurídicas fundamentais – é se seria caso de remessa do processo ao Ministério Público para que o mesmo procedesse à fiscalização sucessiva e concreta da eventual norma potencialmente violadora da Constituição da República, ao abrigo do número 3 do artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

Todavia, a resposta para essa questão parece ser negativa. Esta disposição utilizada algumas vezes por este Tribunal – *Acórdão nº 10/2018, de 3 de maio, Joaquim Wenceslau v. STJ*, sobre violação dos direitos de audiência e de defesa e da garantia de não ser despedido com base em motivos políticos ou ideológicos e de não ser prejudicado em virtude das suas opções político-partidárias, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 869-884, para. 3. *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ*, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso, Rel: JC José Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/para. 6. *Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ*, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/para. 5.1; *Acórdão nº*

27/2018, de 20 de dezembro, *Judy Ike Hills v. STJ*, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178/para. 10 – tem a seguinte formulação: “3. Se o Tribunal reconhecer que o acto ou omissão objecto de recurso foram praticados por determinação ou em cumprimento de uma norma jurídica ou de uma resolução de conteúdo material normativo ou individual e concreto inconstitucional ou ilegal, deverá no acórdão ordenar a remessa para o Procurador-Geral para a fiscalização sucessiva e concreta da constitucionalidade da referida norma ou resolução”.

Por conseguinte, este poder-dever do Tribunal encontra-se vinculado à própria conduta objeto do recurso de amparo, pelo que ainda que esta Corte identifique norma inconstitucional que foi aplicada no processo não pode determinar o envio do Processo ao Ministério Público para efeitos de fiscalização concreta se essa norma não tiver ligação com o comportamento objeto do recurso de amparo.

E neste processo a conduta que é objeto do escrutínio deste órgão judicial é a que se refere a possível manutenção ilegal da prisão preventiva além do prazo legalmente estabelecido. Não a conduta relacionada ao regime de contagem do prazo para interposição de recurso ordinário, ato relativamente ao qual a norma referida pelo Ministério Público terá sido aplicada. Destarte, o Tribunal não pode escrutinar essa conduta nem sequer enviar o processo ao Ministério Público para proceder à fiscalização concreta de norma em cumprimento da qual a conduta foi praticada, o que não impede que este alto órgão do sistema judicial cabo-verdiano, através do seu responsável máximo, utilize a legitimidade que lhe é reconhecida pelo artigo 280 da Lei Fundamental e pela alínea d) do artigo 69 da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional para suscitar uma questão de inconstitucionalidade abstrata sucessiva caso entenda que tal aceção hermenêutica portadora de natureza normativa que sustentou, através de argumentos muito doutamente formulados ter o órgão judicial por si identificado aplicado deva, pelos seus efeitos gerais, ser esclarecida por esta Corte Constitucional.

Note-se adicionalmente que a supracitada interpretação, na sua dimensão normativa, já havia sido declarada inconstitucional pela jurisdição constitucional cabo-

verdiana, naquele momento assumida pelo Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional, que considerou que se vê “*que o mencionado Acórdão n.º 28/2008 do STJ, em aplicação dos arts. 452.º, 1, 401.º, 4 e 5, 141.º, 2, e 411 do CPP, sufragou o entendimento de que a sentença oralmente proferida em audiência se considera notificada às partes desde que estas estejam presentes) nessa audiência começando-se imediatamente, a partir de tal notificação, a contagem do prazo para a interpretação do recurso “e não a partir do seu (da sentença) depósito na secretaria” do tribunal.*”(…). O entendimento sufragado no Acórdão n.º 28/2008 – de que desde que a sentença tenha sido oralmente proferida em audiência a mesma se considera notificada aos sujeitos presentes nessa audiência – é, na verdade, de se aceitar se se verificar uma das situações seguintes: a) Ou a decisão final foi reproduzida em ata (entenda-se ata da audiência), o que significa que o juiz ditou para a ata os termos da sentença que foi escrita pelo oficial de justiça; b) Ou (não tendo a sentença sido reproduzida em ata) a sentença foi entregue, forçosamente escrita, ao oficial de justiça na audiência, leia-se no final da audiência, ou veio a ser depositada na secretaria do tribunal imediatamente após a referida audiência. Não ocorrendo nenhuma das duas situações referidas, nem em a), nem em b), não se pode aceitar que se considera feita a notificação pelo simples facto de ainda não dispormos de uma sentença reduzida a escrito, razão por que a mesma é inexistente, como decorre do mencionado art.º 411.º, al.ª b), do CPP. Ocorrendo a leitura de sentença, não reproduzida, por escrito, em ata da audiência, ou sem que tal leitura tenha sido imediatamente acompanhada da entrega do texto escrito (da sentença) ao oficial de justiça ou em que o juiz faça o imediato ou subsequente depósito a secretaria, segue-se que o arguido (e seu patrono), embora tenha conseguido reter alguma ideia acerca da mesma sentença e até da sua fundamentação – atendendo aquilo que lhe foi possível captar da “leitura oral” -, fica (fica o arguido) impossibilitado ou ao menos com dificuldade de examinar e conhecer em pormenor e de forma aprofundada tanto a parte dispositiva da sentença como os próprios fundamentos, de facto e de direito, em que se baseou o tribunal para decidir em determinado sentido. Isto porque, para o arguido ter esse conhecimento pormenorizados ou aprofundado tanto da parte dispositiva como dos fundamentos da sentença e poder exercer CONVENIENTEMENTE o seu direito de defesa, através da impugnação da decisão, se assim o entender, NECESSITA IMPERIOSAMENTE de ter acesso (ao) ou ter disponível o texto escrito da sentença. Assim, só nos casos em que a sentença é ditada para a ata ou o texto escrito da mesma é entregue imediatamente

após' à sua leitura ao oficial de justiça ou é imediatamente a seguir depositado na secretaria, só então é que o arguido pode ter aquele conhecimento aprofundado e detalhado da sentença. Assim, sempre que a sentença não foi ditada para a ata ou o texto escrito da mesma não foi entregue imediatamente após à sua leitura ao oficial de justiça ou não foi imediatamente a seguir à audiência depositado na secretaria, o início da contagem do prazo para a impugnação da sentença terá lugar apenas num momento cronologicamente posterior que será o do depósito da sentença na secretaria do tribunal. Nesta situação, será pois, o depósito da sentença o momento para o início do decurso do prazo para a interposição do recurso que é o momento em que o texto escrito da sentença passa a contar do processo. "In casu", a sentença não foi ditada para a ata nem a mesma (leia-se, seu texto escrito) foi entregue no fim da audiência ao oficial nem foi imediatamente a seguir depositada na secretaria, uma vez que a audiência para a leitura da sentença ocorreu no dia 28.02.2006. Conclui-se, pois, em com absoluta razoabilidade que no caso "sub judice" o prazo para a impugnação começou a correr a partir do depósito da sentença na secretaria do tribunal o que ocorreu, como já foi mencionado a 03.03.2006. Só nessas circunstâncias é que o arguido pode concluir, com conhecimento de causa, se estava de acordo com a sentença ou se dela discordava e podia consequentemente assumir a posição processual que entendesse ser a mais adequada à sua defesa. Na verdade, a interpretação e aplicação dadas aos mencionados artigos do CPP restringe efetivamente de forma injustificada e não permitida constitucionalmente o direito de defesa do arguido. A CRCV consagra o direito de defesa de forma clara e inquestionável. Assim que o art.º 21, nº3, dispõe que "Todos têm direito nos termos da lei, à defesa (...)" e o artº 34º, nº5, que "O direito de audiência e de defesa em processo penal é inviolável e será assegurado a todo o arguido". Trata-se indubitavelmente de um direito fundamental e, como tal, é lhe aplicado o regime jurídica próprio dos direitos fundamentais, consequentemente "extensão e o conteúdo essencial" dos direitos fundamentais "não podendo ser restringidos pela via da interpretação", como decorre do disposto no nº 2 do art. 7 da CRCV. O referido Acórdão nº 28/2008 pelo SJT traduz um entendimento dos arts. 452º, 1, 401º, 4 e 5, 141º, 2, e 411º do CPP, que restringe, pela via da interpretação, o direito constitucional de defesa do arguido fora do quadro constitucionalmente admitido. Termos em que o Tribunal Constitucional decide que as normas dos arts. 452º, 1, 401º, 4 e 5, 141º, 2, e 411º do CPP, com o entendimento que lhes foi dado pelo tribunal recorrido, violam o disposto nos arts. 21º - 3 e 34º - 5 da CRCV por se traduzir numa

restrição não permitida pela Constituição da República ao direito de defesa consagrado. IV. Pelos fundamentos expostos, acordam os juízes do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, em: a) Julgar inconstitucionais, por violação dos arts 21º, nº3, e 34º, nº5, da Constituição da República, as normas dos 452º, nº1, 401º, ns. 4 e 5, 141º, nº 2, e 411º do CPP na interpretação dada pelo Acórdão nº 28/2008 do STJ, segundo a qual o prazo para a interposição do recurso se conta a partir da data da leitura (da sentença) constante da ata de julgamento quando não seguida do depósito da mesma sentença na secretaria do Tribunal; b) Conceder provimento ao recurso interposto, ordenando-se a remessa dos autos ao Supremo Tribunal de Justiça a fim de ser reformada a decisão recorrida em conformidade com o presente julgamento sobre a questão da inconstitucionalidade” (Acórdão nº 9/2009, de 29 de maio, Manuel Evangelista v. STJ, Rel: Ilegível, III e IV, não publicado).

4. No que diz respeito à questão de fundo que a Corte Constitucional pode efetivamente conhecer é o facto de, conforme o recorrente afirma, encontrar-se em situação de prisão preventiva além do prazo legal, pois vinte e quatro meses já foram ultrapassados sem que tenha sido condenado em segunda instância. Invocando que, por causa disto, certos direitos fundamentais de que é titular foram violados pela conduta do órgão recorrido que negou a providência de *habeas corpus* que intentou; pretendendo, por esta via, a restituição imediata da sua liberdade.

Precisamente porque, segundo assevera, o recurso interposto para o Tribunal da Relação de Sotavento contra o despacho retificativo da sentença de 30 de outubro de 2018 teria o condão de impedir ou suspender o trânsito em julgado da sentença que o condenou a pena de prisão por prática de crime de tráfico de estupefacientes, embora tenha recorrido desta decisão e este recurso tenha sido indeferido pelo tribunal de instância e confirmado pelo tribunal de recurso.

Enquanto, por seu turno, a entidade recorrida fundamenta a sua decisão com base no entendimento de que a sentença que condenou o recorrente já havia transitado em julgado por não ter sido alvo de recurso ordinário ou reclamação interpostos atempadamente e que o recurso intentado contra o despacho retificativo da sentença, que até pode ser levado a cabo oficiosamente a todo o tempo, não obsta ao trânsito em julgado da sentença, quando não tenha havido interposição de recurso ordinário. Portanto, mesmo após a decisão final da primeira instância ter transitado em julgado.

Pelo que a situação processual do recorrente já não seria de prisão preventiva, mas sim de cumprimento efetivo de pena de prisão.

Foi com esses argumentos que a egrégia corte recorrida indeferiu a pretensão do recorrente e é esta conduta exata que ele impugnou perante esta Corte, argumentando que ela viola os direitos de sua titularidade já indicados.

4.1. Todavia, antes de resolver esta questão concreta, avaliando esta conduta no sentido de se verificar se ela viola ou não os direitos invocados pelo recorrente, ou outro direito, liberdade e garantia qualquer de que seja titular, até motivado por alguma complexidade que o processo principal do recorrente apresenta, devido aos sistemáticos incidentes processuais que foram suscitados, parece ser mister a este Tribunal que se sintetize o processado naquilo que for relevante para a averiguação final.

Precisamente porque, não obstante a conduta impugnada ter sido a da entidade recorrida que indeferiu o pedido de *habeas corpus*, não é possível a avaliação da eventual violação dos direitos potencialmente lesados, sem que se faça uma análise dos atos e formalidades praticados no âmbito do processo principal, quando quer a fundamentação do seu pedido, quer a argumentação da decisão daquele órgão em larga medida se estriba exatamente nesses atos e formalidades.

Destarte, para o que importa para o presente pedido de amparo constitucional, resulta dos autos que:

A – O recorrente foi julgado e condenado pelo 3º Juízo Crime da Comarca da Praia na pena de seis anos e seis meses de prisão, embora por extenso constasse da versão originária da sentença sete anos e seis meses;

B – A sentença condenatória foi lida no dia 9 de julho de 2018 e depositada na secretaria no dia seguinte;

C – O recorrente interpôs peça de recurso ordinário contra essa decisão no dia 23 do mesmo mês e ano, tendo este requerimento sido indeferido por extemporaneidade, por meio de despacho de 24 de julho de 2018;

D – O despacho de indeferimento do recurso do recorrente foi alvo de reclamação perante o tribunal de instância no mesmo dia em que foi indeferido o recurso justificando a razão de só ter interposto o recurso ordinário no dia 23; seria o facto de a máquina fotocopadora da secretaria do juízo em questão se encontrar avariada, motivo pelo qual só conseguiu acesso à cópia da sentença no dia 11 de julho de 2018; registre-se que não apresentou reclamação para o tribunal *ad quem* contra o despacho de indeferimento do recurso;

E – Cerca de quatro meses depois, no dia 26 de novembro do mesmo ano, o recorrente deu entrada a um requerimento no tribunal de instância argumentado que havia incorrido num erro material, pois ao invés de apresentar reclamação para o Tribunal da Relação de Sotavento contra o despacho de indeferimento de recurso, tinha protocolado recurso acerca de reexame de aplicação de medida de prisão preventiva. Este requerimento foi novamente indeferido pelo tribunal de instância com o argumento de que não poderia admitir a reclamação para o tribunal de segunda instância, na medida em que esta era extemporânea;

F – O recorrente, por sua vez, recorreu deste despacho para o Tribunal da Relação de Sotavento, recurso que foi admitido, tendo, no entanto, sido julgado improcedente por esse órgão judicial de recurso, que inclusive confirmou o despacho de indeferimento do recurso ordinário anteriormente interposto pelo recorrente e mandou baixar o processo à instância;

G – No dia 30 de outubro de 2018, o tribunal de instância – oficiosamente – retificou a sentença que havia condenado o recorrente, alterando uma palavra na parte dispositiva (eliminou o termo “sete” substituindo-o para “seis”), argumentando que, embora da fundamentação resultasse que havia condenado o recorrente na pena de seis anos e seis meses de prisão, na parte dispositiva constava por extenso – não obstante o número indicar seis – que o recorrente fora condenado na pena de sete anos e seis meses de prisão, despacho que fora notificado ao mandatário do recorrente;

H – Outorgando procuração a novo mandatário (f. 571 do processo principal), o recorrente no dia 4 de setembro de 2019 colocou requerimento solicitando que fosse notificado pessoalmente do despacho que havia retificado a sentença, alegando que até então não havia pessoalmente tomado conhecimento dessa decisão, pedido que foi

deferido por meio do despacho do meritíssimo juiz comarcão de 27 de setembro de 2019;

I – Em seguida no dia 3 de outubro do mesmo ano, o recorrente deu entrada a um outro requerimento epigrafado de pedido de reparação dos direitos fundamentais, requerendo a sua libertação imediata com o argumento de que se encontrava em prisão preventiva e o prazo para que fosse mantido naquela situação já se tinha esgotado. O pedido foi indeferido por meio do despacho proferido no mesmo dia;

J – Em resposta, no dia 10 de outubro desse ano, o recorrente deu entrada a peça de interposição de recurso ordinário contra o despacho de retificação da sentença, o qual foi admitido pelo titular do 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia, conforme se depreende do despacho de sua lavra datado de 11 de outubro de 2019 (f. 603);

K – Foi no seguimento dessas ocorrências que o recorrente veio no dia 14 de outubro de 2019 intentar providência de *habeas corpus* com os fundamentos já recortados; foi indeferido pelo tribunal recorrido conforme os argumentos já sumarizados, o que o levou a impetrar o presente recurso de amparo, procurando em última instância restaurar a liberdade do seu corpo.

4.2. Portanto, feito este enquadramento factual e histórico-processual, o Tribunal já se encontra em condições de decidir o presente problema constitucional que lhe foi colocado, no sentido de averiguar se a conduta da entidade recorrida que negou deferir pedido de *habeas corpus* intentado pelo recorrente violou o seu direito de não ser mantido em prisão preventiva além do prazo legal e, deste modo, a sua liberdade sobre o corpo.

Trata-se de direito fundamental amplamente considerado pelo Tribunal Constitucional, cuja violação se atesta necessariamente pela verificação de duas condições fundamentais.

Primeira: que o recorrente, sendo arguido em processo criminal, se encontre em situação de prisão preventiva sem que tenha havido qualquer decisão que o condena a cumprimento de pena de prisão efetiva que tenha transitado em julgado, pois neste caso forma-se um caso julgado, mesmo que parcial, por força do princípio da segurança jurídica, e o recorrente deixa de ter o estatuto de preso preventivo e passa a ser

considerado condenado, forma de afetação legítima da liberdade sobre o corpo prevista pelo artigo 30 da Lei Fundamental da República.

Segunda: que, uma vez verificado o primeiro pressuposto, se certifique que o prazo legal ou constitucional para que o recorrente fique em prisão preventiva se tenha esgotado, o que importa, num recurso à lei – concretamente ao artigo 279 do CPP que determina os prazos de prisão preventiva consoante a fase processual em que o processo se encontra ou ao número 4 do artigo 31 da Constituição que estipula o prazo máximo de prisão preventiva – trinta e seis meses.

Em qualquer caso em que se verifiquem essas duas situações, a liberdade sobre o corpo é violada, através da lesão dessa garantia fundamental; por conseguinte, em sede de providência de *habeas corpus*, o tribunal competente deve proceder à libertação imediata do arguido e, caso não o faça, este pode recorrer à Corte Constitucional que, na qualidade de guardião último dos direitos fundamentais do cidadão, deverá restituir o direito subtraído.

4.2.1. Por conseguinte, com vista a averiguar se neste caso houve violação da liberdade sobre o corpo do recorrente, mediante desrespeito da garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora do prazo legal, a primeira coisa a se fazer é verificar se o recorrente se encontra em prisão preventiva ou se, pelo contrário, teria o estatuto de preso efetivo em cumprimento de pena de prisão legal e constitucionalmente imposta.

Recorde-se que foi instaurado um processo criminal contra o recorrente numerado de Autos Crime de Processo Comum Ordinário nº 77/2018, no âmbito do qual o recorrente foi julgado e condenado por meio de sentença de 9 de setembro de 2018 do 3º Juízo Crime do Tribunal da Comarca da Praia, na pena de 6 (sete) anos e 6 (seis) meses de prisão, conforme dispõe a parte dispositiva, lapso posteriormente corrigido para 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de prisão, como se depreende do despacho retificativo da sentença de 30 de outubro de 2018.

Pelo que não restam dúvidas acerca da existência de uma decisão que condena o recorrente a uma pena de prisão. Entretanto, tal facto não é suficiente para concluir que o recorrente não se encontra em prisão preventiva, mas em cumprimento efetivo de pena de prisão.

O número 2 do artigo 30 da *Lex Suprema* não pareça exigir que a decisão condenatória tenha transitado em julgado, na medida em que afirma que “2. *Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória* [o termo transitado em julgado não consta da disposição] *pela prática de actos puníveis por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança prevista na lei*”. Porém, a verdade é que se conjugarmos esta disposição constitucional com outras normas jurídicas fundamentais da República – designadamente: a) com as próprias normas que regulam a prisão preventiva previstas no artigo 31, que transmitem a ideia de que a prisão preventiva pode manter-se durante todo o processo, ao prever a possibilidade de parcelamento dos prazos de acordo com a fase em que o processo se encontra, estipulando entretanto um prazo máximo para a sua duração; b) com a norma constante do artigo que prevê o direito ao recurso que enquanto persistir impede o trânsito em julgado da decisão, sendo este um dos seus principais efeitos; c) em muitos casos com a própria norma que regula o recurso de amparo (artigo 20), e d) bem como com normas outras que preveem um conjunto de garantias processuais fundamentais importantes do arguido, nomeadamente as garantias de defesa em processo criminal, ligadas ao processo equitativo – a conclusão lógica é que, enquanto não houver trânsito em julgado, portanto, formação de um caso julgado, e o arguido estiver privado da sua liberdade, a sua situação é necessariamente de prisão preventiva e nunca a de cumprimento efetivo de pena.

Mas, mais esclarecedora do que essas normas elencadas é a norma que prevê uma das mais elementares garantias do processo penal, muitas vezes considerada por este tribunal a pedra angular do processo criminal, a presunção da inocência do arguido. Assim o reconheceu primeiramente o Acórdão nº 6/2018, de 22 de março, *Adilson Danielson v. STJ*, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505: “5.1. *O princípio da presunção da inocência é um dos mais importantes do Estado de Direito e, seguramente, a pedra de toque do próprio sistema jurídico-processual penal pátrio, o que é sufragado pelos principais especialistas cabo-verdianos na matéria, como Jorge Carlos Fonseca, que, a seu respeito, assevera: “A presunção de inocência do arguido encabeça, assim, uma sequência de outros artigos que, de uma forma ou de outra, traduzem seus corolários ou exigências, vista ela como o mais emblemático e fundamental dos princípios porque*

*deve reger-se um processo penal de um Estado de Direito. Como o centro da constituição do processo penal cabo-verdiano” ((“O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde. Dados de um percurso. Estrutura e Princípios Fundamentais” in: Augusto Silva Dias & Jorge Carlos Fonseca (Coord.), Direito Processual Penal de Cabo Verde. Sumários do Curso de Pós-Graduação sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde, Lisboa/Praia, ICJ-FDUL/ISCJS, 2009, pp.121-122)”. Entendimento reiterado em decisões posteriores, nomeadamente, nos Acórdãos nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285/p. 1281 (parágrafo 4.); Acórdão nº 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648 (parágrafo 5.) e Acórdão nº 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 111, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178. Sobre o princípio ver ainda o Acórdão nº 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, n. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93/p. 83 e na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, Vol. IV, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 365-433 (parágrafo 23.3).*

A disposição constitucional que a prevê – número 1 do artigo 35 – tem redação nestes termos: “1. *Todo o arguido presume-se inocente até ao trânsito em julgado de sentença condenatória, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa*”.

Desta disposição constitucional resultam alguns efeitos evidentes. O que interessa para o caso é que, enquanto não houver trânsito em julgado da sentença condenatória, o estatuto da pessoa que está a ser julgada pela prática de facto previsto na lei como crime é o de arguido e nunca o de condenado. Portanto, qualquer indivíduo só pode ser considerado condenado a cumprir pena de prisão imposta pelo Estado se já se tiver verificado um caso julgado. Caso contrário, essa privação será meramente provisória enquanto sujeição a um estatuto excecional de prisão preventiva.

4.2.2. O problema que, neste particular, suscita um conjunto de questões constitucionais que inclusive o Tribunal tem vindo a desenvolver e aperfeiçoar tem que ver com o momento em que uma decisão penal condenatória transita em julgado. Quesito que não é resolvido pela Lei Fundamental. Por conseguinte, cabe ao legislador ordinário estipular os termos do trânsito em julgado das decisões judiciais condenatórias, todavia, não de forma arbitrária, mas conciliando exigências de diversos postulados constitucionais, tais como as garantias de segurança jurídica e os diversos direitos processuais do arguido, pois se é certo que não é adequado à estabilidade das relações reguladas pelo direito que se permitam suspensões, interrupções ou cláusulas resolutivas do trânsito em julgado *ad aeternum*, não é menos certo que se deve impor certas condições para que este efeito se produza, sob pena de violação de direitos, liberdades e garantias de extrema importância em qualquer Estado de Direito Democrático, como é o cabo-verdiano.

A nível legislativo, a questão não foi resolvida diretamente pela lei processual ordinária que não dispõe em nenhuma de suas normas acerca do momento do trânsito em julgado das decisões penais condenatórias. Entretanto, com recurso ao artigo 26 do CPP é possível a aplicação do Código de Processo Civil que prevê no seu artigo 586 que *“A decisão considera-se transitada em julgado, logo que não seja susceptível de recurso ordinário ou reclamação nos termos previstos nos artigos 575.º a 579.º”*.

Assim, de acordo com esta disposição a decisão judicial que condena determinado indivíduo ao cumprimento de uma sanção criminal passa em julgado quando não for possível impugná-la por via de recurso ordinário ou de reclamação.

Ora, aplicando literalmente esta disposição ao caso do recorrente, a conclusão imediata seria a de que a retificação da sentença mesmo que tenha sido requerida a tempo pelo recorrente, por não ser recurso ordinário nem reclamação, não obstará ao trânsito em julgado da sentença condenatória. Muito menos teria esse efeito, caso tivesse sido levada a cabo oficiosamente pelo tribunal de instância nos casos em que não houvesse recurso ordinário ou reclamação dentro do prazo legal, portanto, após o trânsito em julgado da decisão.

4.2.3. Todavia, o Tribunal Constitucional em algumas decisões tem vindo a se debruçar sobre o trânsito em julgado de decisões judiciais relativamente a direitos,

liberdades e garantias – que abarcariam, por maioria da razão, situações de natureza criminal em que se condenam arguidos a uma sanção penal, como é a situação que ora se tem em mãos. Neste particular, tem considerado que a remissão para o Código de Processo Civil nesta matéria deve ser conciliada com preceitos constitucionais de extrema importância relacionados à proteção de direitos, liberdades e garantias individuais, designadamente no sentido de abarcar também o recurso de amparo que, embora não seja um recurso ordinário, em princípio, obstaria ao trânsito em julgado de decisões que vulnerem a liberdade ambulatoria dos indivíduos.

Na primeira decisão em que se pronunciou sobre a questão – através do *Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ*, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, votado por maioria, com o JC Aristides R. Lima vencido – o Pretório Constitucional deixou registado que “*As decisões dos tribunais sobre direitos, liberdades e garantias fundamentais só passam em julgado se não forem objeto de recurso para o Tribunal Constitucional e tendo[-]o sido, transitam em julgado após a decisão desta instância. Assim, no entender desta Corte, qualquer recurso dessa natureza tem o condão de impedir o trânsito em julgado relativamente à decisão impugnada, não se podendo endossar, sem embargo do reconhecimento de todo o esforço de fundamentação empreendido, a tese adotada pelo Supremo Tribunal de Justiça*”, concluindo o segmento ressaltando que “*O entendimento deste Tribunal é que sim pelas mesmas razões já consideradas para responder a questão tratada no segmento anterior, ou seja, de que haveria, no fundo, um efeito de desproteção da posição jurídica que o titular de um direito ao amparo pode contar precisamente porque, nos termos da interpretação que se considera incompatível com a garantia de presunção da inocência dos arguidos, haveria um efeito de esvaziamento tanto simbólico, como prático, do recurso de amparo, já que, ainda que interposto imediatamente a seguir ao suposto ato lesivo, portanto estando na mesma cadeia temporal dos demais recursos, é colocado perante uma decisão que por si só levaria o peso da sua própria definitividade e estabilidade. Não é o que o sistema, a Lei Fundamental ou a lei determinam*” (3.3.5). Complementando com posições relativas à possibilidade de constituição de casos julgados parciais, sublinhando, no essencial, que

“O que autoriza a conclusão de que o pressuposto de base do caso julgado parcial não é a falta de interposição de recurso por parte do recorrente relativamente a determinado facto, mas sim a falta da sua interposição em relação a este mesmo facto por parte de todos os intervenientes processuais com legitimidade para tal, o que engloba não só o recorrente como o Ministério Público e o assistente, sobretudo o primeiro, especialmente relevante para a presente situação. Portanto, só se forma o caso julgado parcial quando o interessado se conformar com uma parte da decisão e concomitantemente sobre ela não incidir nenhum recurso ou o ocorrer da procedência de outros recursos dos quais não se possam extrair consequências legalmente impostas relativamente a toda a decisão recorrida” (3.4.4), pressuposto a partir do qual fundamentou e concluiu que “Por tudo o que fica exposto, não parece nesta situação concreta [que] a tese do caso julgado parcial se mostre compatível com o princípio da presunção de inocência do arguido. Pois, não se pode considerar que uma parte da sentença transitou em julgado quando a conduta do arguido esteja ainda a ser reapreciada pelo tribunal de recurso. Considerar que a tese do caso julgado parcial não pode prosperar nestes autos significa que até ao trânsito [em] julgado do aresto deste Tribunal, o arguido encontra-se em regime de prisão preventiva” e que “Sendo assim, na pendência do recurso, não houve trânsito em julgado da sentença. Logo, o limite máximo da manutenção do arguido em prisão preventiva no momento em que este recurso foi interposto já tinha sido ultrapassado, originando a violação do direito e justificando, naquele momento específico, a sua colocação em liberdade, e determina[n]do no momento atual que o Tribunal Constitucional ordene a sua soltura imediata como amparo mais adequado”.

Posteriormente numa outra decisão – (Acórdão n.º 27/2019, 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, para. 3.5.4.), votada por unanimidade – desenvolveu e burilou o seu entendimento considerando que “3.5.4. No caso concreto do precedente Alexandre Borges, estava-se perante um caso em que se impugnava interpretação de órgão judicial recorrido, segundo a qual, sendo, na sua opinião, o recurso de amparo um recurso extraordinário, ele não obstaria o trânsito em julgado da decisão recorrida. O Tribunal rejeitou essa tese, considerando que ela lesava o próprio direito subjetivo ao amparo do recorrente, esvaziando a eficácia de uma possível decisão estimatória, sobretudo que visava a proteção de garantia associada ao direito à liberdade sobre o corpo. Evidentemente, este segmento decisório não se aplica ao caso presente que

envolve o pedido do Senhor Ayo Abel Obire, designadamente porque este não interpôs qualquer recurso de amparo em relação à sua condenação, até porque sequer recorreu da sentença de primeira instância. Logo, o seu direito subjetivo ao amparo nunca seria atingido por tal decisão, nem tão-pouco a sua garantia à presunção da inocência, haja em vista que a sua culpa foi determinada de modo irrecorrível, já que tendo conhecimento da sentença da primeira instância a ela se conformou. O que pretende é, outrossim, beneficiar-se de recurso de amparo interposto por um coarguido em processo penal. Sendo assim, as únicas orientações que poderiam ser arroladas para aplicação no seu caso teriam a ver com a questão do caso julgado parcial, base de fundamentação utilizada pelo órgão recorrido naquela ocasião para rejeitar a tutela de direito alegadamente violado. Isso porque esta Corte considerou por meio desse acórdão que não se constituiria caso julgado parcial quando tenha havido um recurso que permitisse ao órgão ad quem decidir a favor do recorrente ainda que o mesmo não tenha recorrido, limitando claramente o precedente ao caso concreto e adotando uma perspectiva de avaliação dessas situações caso a caso. Naquela situação, tratava-se de um recurso ordinário interposto pelo Ministério Público a questionar uma decisão de absolver o arguido de um crime e de concomitantemente requerer o aumento da pena aplicada por outro, o qual, dentro dos poderes de cognição do tribunal superior abriria a possibilidade de se reavaliar a própria condenação. Situação que não é igual à que se tem em mãos, pois, sendo certo que houve recurso ordinário interposto por um coarguido que foi julgado improcedente, a decisão que poderia beneficiar o recorrente nos autos foi adotada no quadro de um pedido de amparo, um recurso personalíssimo, pois acoplado a um direito subjetivo fundamental que foi utilizado pelo Senhor Judy Ike Hills, mas que o recorrente até recentemente manteve-se completamente alheio, deixando precocemente precluir a possibilidade de o usar na medida em que prescindiu até de pedir reparação pelas vias ordinárias através dos recursos disponíveis. Do que decorre que neste momento o Tribunal Constitucional não determinou uma reapreciação da conduta do Senhor Ayo Abel Obire na sequência do Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Rel: JC Pina Delgado, mas simplesmente das circunstâncias probatórias que levaram à condenação do coarguido Senhor Judy Ike Hills. Perante tais dados, ainda que o tivesse feito um coarguido seu, por meio de recurso ordinário e de um recurso constitucional de natureza pessoalíssima como o amparo, muito dificilmente o Tribunal poderia considerar algum efeito possível sobre o seu estatuto processual e a rejeição do argumento de que se constitui em tais

situações, por oposição àquelas em que de forma persistente e tempestiva, portanto sem hiatos e de acordo com os prazos processuais aplicáveis, um coarguido vai mostrando a sua insatisfação ora pela incorreta avaliação dos factos e do direito, ora por deficiente calibração da interpretação face a normas constitucionais, um caso julgado parcial. Este, independentemente, solidifica uma decisão judicial e, por mais questionável que ela possa ser, a sua adequação cede perante a segurança jurídica que decorre da sua não contestação. 3.5.5. Sendo assim, nesta perspetiva, o Tribunal Constitucional não teria margem para considerar que a decisão condenatória de primeira instância que um recorrente nestes autos, então arguido, optou por não reagir, não tenha transitado em julgado e que não se tenha determinado de forma definitiva a sua culpa. E assim operando, ao nível processual penal, uma mudança significativa de estatuto de arguido e de preso preventivo, ao qual se aplica o limite temporal previsto pelo número 4 do artigo 31, para condenado em situação de cumprimento de pena. 3.6. Portanto, reconhecendo tal dispositivo uma garantia fundamental construída enquanto regra constitucional, a sua aplicação primária determinaria, no fundo, uma operação de subsunção destinada a verificar se a hipótese em análise – a situação do Senhor Ayo Abel Obire – estaria abrangida pela norma, o que aconteceria se ele, primeiro, fosse um preso preventivo e, segundo, se estivesse cerceado da sua liberdade ambulatoria há mais de trinta e seis meses. Efetivamente, a sua capacidade de movimentar o seu corpo está limitada, neste momento há mais de trinta e seis meses. Ocorre, porém, que não o está por ser preso preventivo. Outrossim, em razão de sentença condenatória que por não ter recorrido transitou em julgado e que, depois disso, deixou de ser atacável diretamente por meio de recurso ordinário ou por recurso especial, nomeadamente constitucional, mas só e eventualmente por outras vias. Colocando-se a si próprio numa posição passiva perante o processo, correu o risco de depender da avaliação que o Tribunal fizer da bondade de inconformação alheia ou de poder invocar alguma situação especial que por hipótese lhe permita agir. Isso, pelo menos até à data de interposição do recurso de amparo não pode ser imputado ao órgão judicial recorrido e por isso o Tribunal Constitucional não pode determinar que o acórdão impugnado violou os direitos do recorrente desse modo”.

Mais recentemente num dos últimos acórdãos em que se mostrou útil pronunciar-se sobre a matéria – o Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em

processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão, Rel: JC Pina Delgado, ainda não publicado, votado por unanimidade – pontuou-se que “4.2.4. *Portanto, de acordo com o que vem sendo desenvolvido por esta Corte, haverá trânsito em julgado de decisões sobre direitos, liberdades e garantias quando não for possível mais recurso ordinário ou reclamação, ou ainda recursos constitucionais especialmente nos casos em que o mesmo é interposto contra a decisão final dos tribunais ordinários. (...). 3.3. Tendo o Tribunal lavrado entendimentos muito claros sobre a matéria, muitos dos quais assumindo o papel de razão de decidir, é fundamental, até para manter-se coerente com a sua trajetória decisória, considerá-los atendendo ao seu próprio alcance e na medida em que estiverem em causa pedidos com objeto substancialmente idêntico. Assim, evitando uma jurisprudência desviante que corresse o risco de a um tempo desconsiderar o princípio da proteção da confiança, promover a insegurança jurídica e eventualmente levar o Tribunal a conduzir-se em desconformidade com o valor do tratamento igualitário ou, no limite, a violar o direito a não se ser discriminado.*”

4.2.4. Portanto, de acordo com o que vem sendo desenvolvido por esta Corte, haverá trânsito em julgado de decisões sobre direitos, liberdades e garantias quando não for possível mais recurso ordinário ou reclamação, ou ainda recursos constitucionais especialmente nos casos em que o mesmo é interposto contra a decisão final dos tribunais ordinários.

4.3. No caso concreto,

4.3.1. O recorrente interpôs o recurso no dia 23 de julho de 2018 que foi indeferido por extemporaneidade. Depois de uma série de incidentes processuais, a decisão de indeferimento do recurso ordinário foi confirmada pelo Tribunal da Relação de Sotavento, o que tornou a decisão insuscetível de recurso ordinário, na medida em que esta decisão é definitiva.

O recorrente, podendo interpor recurso de amparo contra a decisão do tribunal de segunda instância não o fez. Portanto, a conclusão lógica tanto do ponto de vista legal como do constitucional é a de que a decisão condenatória transitou em julgado, pois tornou-se insuscetível de recurso ordinário, reclamação, recurso de amparo ou recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Assim, a argumentação do recorrente de que o recurso que ele intentou contra o despacho que retificou a sentença impediu ou interrompeu o trânsito em julgado da sentença não procede, porque efetivamente a decisão da primeira instância tornou caso julgado quando o indeferimento do requerimento de interposição de recurso foi confirmado pelo tribunal da segunda instância e o recorrente não reclamou nem interpôs recurso constitucional contra essa decisão. Nem também por este motivo pode ter qualquer relevância processual constitucional o facto de ter tentado recuperar a sua iniciativa no processo através do pedido que fez de notificação pessoal, até porque neste momento o Tribunal Constitucional tem uma posição geral que não daria muita margem a qualquer pretensão neste sentido, como decorre das decisões *Luís Firmino* e *António Zeferino*.

Pois nelas se diz, respetivamente, que os efeitos da conclusão de que os arguidos devem obter comunicação sobre decisão sobre recurso que interpôs em matéria penal, *“devem ser delimitados, porque o que interessa do ponto de vista constitucional é que um arguido titular de uma garantia de defesa em processo penal, de uma garantia de recurso em processo penal e de uma garantia a um processo justo e equitativo tomem conhecimento de uma decisão judicial impugnável ou passível de qualquer meio de reação. A forma concreta como o sistema jurídico ordinário o faz e as presunções que a este respeito acolhe desde que realizem esse fim são legítimas enquanto questões de mera legalidade. Assim, relevante é que o arguido tenha conhecimento da decisão contra ele proferida. Esta é a exigência do contraditório, da ampla defesa, do direito ao recurso e do direito ao amparo. Se o arguido não tiver tido o conhecimento de decisão do tribunal superior que confirma a sua condenação ou que decide matéria de notificação obrigatória nos termos do Código de Processo Penal, ainda que tal decisão tenha sido notificada ao seu mandatário – quer constituído quer nomeado – ele pode impugná-la, mesmo que o prazo para o fazer já tenha se esgotado com base numa definição do dies a quo na data de notificação do advogado. Entretanto, se por algum motivo, mesmo que não tenha sido notificado pessoalmente da decisão, o arguido vier a tomar conhecimento dela e nada fizer, nomeadamente chamando a atenção ao órgão responsável, solicitando a sua notificação pessoal ou mesmo impugnando a conduta através de recurso de amparo, no prazo de que dispunha para reagir antes que transite em julgado – consideradas eventuais suspensões ou interrupções – perde por preclusão o direito de impugnar a não notificação, embora tivesse a possibilidade de ser*

notificado pessoalmente da decisão. A tomada de conhecimento da violação do direito não tem que ser direta e expressa, pode, perfeitamente, ser indireta, desde que se consiga averiguar que a comunicação se consumou. Por exemplo, se se consegue provar que o mandatário do arguido informou-lhe do conteúdo da decisão do tribunal superior – ónus que, entretanto, nunca deverá ser dele, mas deste órgão, pois é ele quem tinha o dever de o notificar pessoalmente de sua decisão e não o fez – mas mesmo assim ele não se dignou a reagir perante a não notificação pessoal, não se vê como assegurar que ele possa, passado o prazo para essa impugnação, requerer amparo de eventuais direitos, liberdades e garantias violados pela não notificação. As situações em que o arguido deveria ter tomado o conhecimento não são difíceis de se conjecturar, nomeadamente em situação em que se encontra em prisão preventiva e o prazo expira e o mesmo não faz nada, ou em circunstância em que o recorrente estava em liberdade, mas é detido e conduzido à cadeia civil para cumprimento de pena. Outros contextos permitiriam também presumir tomada de conhecimento, invertendo-se nestes casos específicos o ónus da prova. Seriam aqueles casos em que o arguido mantém o mesmo mandatário judicial, pois não parece crível que o mesmo não tivesse transmitido o conhecimento do conteúdo da decisão ao arguido. Em todas estas situações ao tomar o conhecimento de que o seu direito foi violado, o arguido pode adotar as medidas necessárias com vista à sua reparação. Se não o faz dentro de um prazo razoável, que, por maioria da razão, seria o prazo de que dispunha para reagir antes que a decisão transitasse em julgado, perde o direito de o poder fazer. No caso concreto, não há nada nos autos que contenha indicação de que antes do dia em que foi encaminhado por autoridades policiais para o estabelecimento prisional de alguma forma tenha tomado conhecimento da decisão condenatória, seja através de algum tipo de notificação pessoal ou até por meio da sua mandatária constituída ou que, por algum motivo, devesse ter tomado conhecimento. Seja como for, tal situação deveria sempre ser considerada pelo tribunal recorrido, a quem caberia o ónus de provar que o Senhor Luís Firmino de alguma forma tomou conhecimento, por exemplo porque foi informado pela advogada ou porque se lhe dirigiu algum tipo de comunicação nesse sentido. O facto é que nada com tal teor integra os presentes autos. Assim, não se pode concluir que a decisão teria transitado em julgado, pois o prazo cujo transcurso permitiria que se produzisse tal efeito dependeria sempre do conhecimento pelo arguido da decisão condenatória e da sua opção ou letargia em relação à mesma. Portanto em situação em que, tendo informação a respeito de ato processual – a decisão – incidente sobre os

seus direitos, opta por não reagir dentro de um determinado prazo estabelecido pela lei, nomeadamente neste caso concreto em que por se tratar de aresto de Tribunal da Relação ainda cabia recurso ordinário” (Acórdão nº 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347).

E que “uma coisa seria sustentar que não haveria trânsito em julgado pelo facto de um recorrente não ter agido processualmente por não ter tido conhecimento de uma decisão, de tal maneira que o seu recurso ordinário, equiparado ou especial impedisse a produção de tal efeito; outra coisa é chegar-se à conclusão de que em situações em que os recorrentes tomam conhecimento de uma decisão, ainda que não seja por meio de notificação da mesma, e optam, estrategicamente ou não, por se manter passivos em relação à mesma, o mesmo efeito se produziria. Se perante tais informações, só depois de algum tempo, por qualquer motivo, resolvem suscitar a questão, não podem pretender que consumada uma alteração de estatuto ainda preservam os direitos que ao mesmo estão intimamente associados. Deixando de ser arguidos em razão do trânsito em julgado decorrente da sua conformação já não o podem recuperar. E, sendo assim, também não as posições jurídicas conexas à condição de arguido, a menos que também sejam um direito de uma pessoa sujeita a sanção criminal, um condenado em cumprimento de pena. Portanto, em tais cenários, o que acontece é que as pessoas já não são titulares de uma posição jurídica fundamental à defesa e ao recurso em relação ao processo condenatório pela razão lógica de que já não são arguidos, mas condenados em situação de cumprimento de pena legitimamente imposta pelo Estado. Por conseguinte, os Senhores António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima ao terem tomado conhecimento da conta referente às custas processuais do recurso que interpuseram junto ao Supremo Tribunal de Justiça e permanecido inertes, não solicitando que fossem notificados pessoalmente e, dependendo do desfecho desse pedido, recorrendo aos mecanismos de reação processuais ordinários ou especiais previstos e que cobrem qualquer tipo de conduta do tribunal que não os notificou, ocasionaram a preclusão do seu direito ao recurso e, logo, a constituição de um caso julgado parcial em relação a si. E, por se tratar de um recurso pessoalíssimo, do facto de coarguidos no mesmo processo terem atuados em moldes a impedir a constituição de coisa julgada para si não opera qualquer extensão necessária para beneficiar os ora

recorrentes” (Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, 5.2.3-5.4).

E relativamente à questão principal nestes autos não é esta última. Não se pode falar de suspensão ou interrupção de trânsito em julgado quando a questão em momento algum tenha se transformado num caso julgado. Pretender que enquanto houvesse a possibilidade de haver retificação da sentença não haveria trânsito em julgado seria de tal absurdo e uma afronta ilegítima à segurança jurídica, na medida em que praticamente nenhuma decisão transitaria em julgado, pois o sistema prevê possibilidade de retificação da sentença a todo o tempo, mesmo oficiosamente, pelo juiz.

Portanto, a situação não é de suspensão, interrupção ou impedimento de trânsito em julgado.

4.3.2. Quando muito o que poderia estar em causa seria uma exceção ao caso julgado em virtude de existência de uma sua condição resolutiva, eventualmente operada pelo despacho retificativo. Contudo, a resolução do caso julgado, na medida em que se confronta mais intensivamente com a segurança jurídica, tem condições extremamente mais apertadas, como funciona nos casos de revisão de sentença, previsto nos artigos 471 e seguintes do Código de Processo Penal. No caso, o que aconteceu não foi uma revisão da sentença, mas sim uma retificação de um erro de escrita, levada a cabo oficiosamente pelo tribunal de instância, modificando uma expressão da parte dispositiva que contrariava a parte da fundamentação e que condenava o recorrente a uma pena de sete anos e seis meses ao invés daquilo que constava da própria fundamentação e que indicava uma pena de seis anos e seis meses de prisão.

O Despacho é do seguinte teor: *“folhas 440 e ss.: compulsados os autos, designadamente folhas a[trás] referidas, verifica-se que, não obstante do corpo da sentença resulta que o arguido deveria ser condenado em pena de seis anos e seis meses de prisão, na parte decisória por erro o tribunal colocou sete anos e seis meses de prisão (em extensão no que tange a sete anos), em vez de seis anos e seis meses de prisão. Em se tratando de situação que configura erro manifesto, ao abrigo do disposto no art.º 408.º, n.º 2 do C.P.P, é de se considerar este aspecto, com rectificação da dita sentença, que passar-se-á a ser entendida o arguido condenado na pena de seis anos e seis meses de prisão”*.

Não parece a este Tribunal que um despacho de retificação da sentença deste teor tenha o condão de conduzir à resolução do caso julgado já formado. Primeiramente porque o erro em que laborou o juiz comarcão nem sequer corresponde a um lapso grosseiro, pelo que até poderia ser facilmente resolvido mediante técnicas interpretativas da própria sentença, todavia o meritíssimo magistrado identificou essa imprecisão, corrigindo-a em consequência, o que, naturalmente, é de se louvar. Segundo, não se trata de erro que implicasse num agravamento da posição do recorrente. Muito pelo contrário, pois o erro foi corrigido em seu benefício. Logo, seguramente, não dá causa a ressuscitar uma posição jurídica que o recorrente deixou perecer por inércia própria.

Não que o Tribunal queira inferir que nestes casos haveria resolução do caso julgado, hipótese existente, mas condicionada e extraordinária, mas que seria impossível produzir-se tal efeito num caso como este, em que ele recorre de um despacho retificativo da sentença levado a cabo oficiosamente pelo tribunal de instância e em benefício do próprio recorrente.

Aliás, a pouca probabilidade disso acontecer já havia sido afluída ainda que perfunctoriamente pelo Tribunal no *Acórdão nº 1/2020, de 31 de janeiro*, Rel. JCP Pinto Smedo, já citado quando no parágrafo (3.4.) avaliou a possibilidade de decretação de medidas provisórias e concluiu que *“não se afigura evidente que haja uma forte probabilidade de sucesso no mérito, até porque considerando que existem casos em que ela pode ser retificada a qualquer momento, ou seja, mesmo após o trânsito em julgado da sentença, os indícios apontam para a possibilidade de o recurso interposto do despacho de retificação de sentença não impedir sempre o trânsito em julgado da sentença. Portanto, se não é certa a inviabilidade do pedido, pelo que se vota no sentido de se o admitir, a inexistência, neste momento, de forte probabilidade da concessão de amparo no mérito seria um fator predominante justificador da não adoção da medida provisória requerida”*.

Nesta sede, beneficiando de maior tempo de análise no mérito da questão, o Tribunal não vê como contornar aquela conclusão provisória, encontrando, aliás, argumentos outros que até a confirmam com maior segurança. Assim, embora ao que parece, ordinariamente, o despacho de retificação de sentença seja recorrível, o recurso contra ele interposto não funciona como uma causa de resolução de caso julgado, em

virtude de decisão judicial transitada em julgado, por não ter sido impugnada por meio de recurso ordinário, reclamação ou recurso de amparo.

De facto, ao que parece o despacho retificativo da sentença é recorrível, mas a atribuição do efeito suspensivo pelo juiz comarcação não parece ter a ver com a própria sentença, como parece inferir o recorrente, o que nesta altura seria de todo impossível pois esta já se encontrava transitada em julgado, mas sim relativamente ao seu próprio conteúdo e efeito, nomeadamente a conclusão de que ainda não produziriam os seus efeitos enquanto não transitasse em julgado. Mas pelo contrário a sentença continuaria a produzir os seus efeitos pois já havia transitado em julgado e a não ser que haja uma causa resolutive do caso julgado por ela formado – o que o despacho retificativo não constitui – continua produzindo os seus efeitos, especialmente o de que o recorrente já não é mais preso preventivo, mas sim condenado em cumprimento de pena efetiva de prisão imposta por órgão competente do Estado.

Ademais, a argumentação do suplicante de que a sentença não transitou em julgado porque recorreu dela aquando do recurso interposto contra o despacho retificativo da sentença, uma vez que este recurso foi admitido e lhe atribuído efeito suspensivo, não procede. Embora o órgão competente para analisar o recurso interposto pelo recorrente seja o Tribunal da Relação de Sotavento, a verdade é que o tribunal de instância dizendo claramente que “*porque o despacho retificativo da sentença é recorrível*”, admitiu o recurso contra o despacho retificativo, por considerar que o mesmo era recorrível, no entanto, em momento algum admitiu o recurso contra a sentença, tendo aliás indeferido esta pretensão por a considerar extemporânea, indeferimento este que foi confirmado pelo Tribunal da Relação de Sotavento.

4.4. Independentemente de o percurso que o recorrente tentou ressuscitar e que ainda estará a tramitar nos órgãos judiciais poder ser bem sucedido, uma hipótese sobre a qual a Corte Constitucional não tem de se pronunciar, o facto é que o órgão recorrido – o Supremo Tribunal de Justiça – quando apreciou estritamente a providência de habeas corpus para verificar se o recorrente estava preso fora dos prazos previstos pela lei, ao responder à questão de se saber se esse recurso interposto contra o despacho retificativo da sentença, independentemente de ter procedência ou não, impede, *rectius* revoga, o caso julgado já formado, positivamente não violou os direitos, liberdades e garantias que se identificou como parâmetros para este escrutínio de amparo. Outrossim, não

julgou em termos incompatíveis à Constituição da República ao entender que a decisão que condenou o recorrente é já definitiva, pelo que o mesmo se encontra em situação de preso em cumprimento efetivo de pena de prisão legitimamente imposta pelo Estado. Sendo assim, a sua pretensão de que deve ser colocado em liberdade pois o prazo legal de prisão preventiva estaria esgotado não procede, precisamente por faltar o primeiro pressuposto que seria a existência de situação de prisão preventiva. Logo, o amparo não pode ser concedido.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional reunidos em Plenário decidem que o órgão judicial recorrido não violou o direito a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legalmente estabelecidos ao denegar pedido de *Habeas Corpus* com base em interpretação de que a interposição de recurso de despacho de retificação decidido *ex-officio* por juiz comarcação em circunstância que beneficia o recorrente não obsta ao trânsito em julgado da sentença já prolatada.

Registe, notifique e publique.

Praia, 8 de maio de 2020

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 22 de junho de 2020.

O Secretário

João Borges